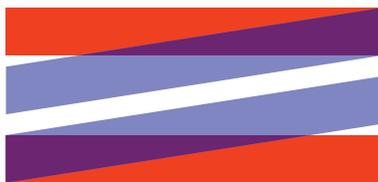


*SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
2024*

**SEGURANÇA PÚBLICA
DIREITOS HUMANOS
& DEMOCRACIA**



Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por IREE e IDP.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
2024

SEGURANÇA PÚBLICA DIREITOS HUMANOS & DEMOCRACIA



Av. Eng. Caetano Álvares, 55, 5º andar, São Paulo-SP
CEP 02598-900. projetosespeciais@estadao.com

Diretor Estadão Blue Studio: **Daniel Canello**; Gerente de Branded Content: **Tatiana Babadobulos**; Gerente de Client Success: **Nuria Santiago**; Gerente de Criação: **Paula Balsinelli**; Gerente de Estratégia de Comunicação: **Fabio Costa**; Gerente de Eventos: **Daniela Pierini**; Gerente de Planejamento: **Carolina Botelho**; Coordenador de Arte: **Isac Barrios**; Coordenador de Branded Content: **João Prata**; Especialistas de Branded Content: **Marielly Campos e Renata Mesquita**; Especialista de Pós-Vendas: **Luciana Giamellaro**; Analista de Branded Content: **Giuliana Ferrari**; Analista de Pós-Vendas: **Rosângela Rosa**; Analista de Produto Júnior: **Lucas Lobo**; Analistas de Marketing: **Isabella Paiva e Larissa Castro**; Assistente de Pós-Vendas: **Daniel da Rocha**; Colaboradores: Edição: **Eduardo Geraque**; Reportagem: **Diego Lazzaris**; Design: **Tiago Barra**; Revisão: **Francisco Marçal**; Fotos: **Getty Images**



Sumário

Encontro para a Segurança Pública 04

Risco de Brasil virar um narcoestado
é grande, alerta Walfrido Warde 05

Diretor-geral da PF defende segurança com orçamento obrigatório e polícias integradas 07

Não existe política de segurança pública s
em direitos humanos, afirma Silvio Almeida 09

Descriminalizar as drogas contribui para redução da violência..... 11

Integração do registro de armas e maior
controle são essenciais para desarmar criminosos 13

‘PCC está infiltrado no Estado brasileiro e já atua junto com a máfia italiana’ 15

Gilmar Mendes pede mudança na
‘cultura do encarceramento’ no Brasil 17



IREE e IDP reúnem chefes de Estado, ministros, parlamentares, autoridades, juristas e especialistas nacionais e estrangeiros para debater o enfrentamento ao crime organizado e pensar novas políticas de segurança pública

O aumento da violência, a sensação de insegurança e a presença do crime organizado nas esferas do poder público acenderam o sinal de alerta. Ministros e ex-ministros, governadores, prefeitos, promotores, delegados, militares, autoridades, gestores públicos e especialistas (do Brasil e de outros países, como Estados Unidos, Itália, Portugal, Colômbia, Espanha, Chile e Argentina) estiveram reunidos nos dias 6 e 7 de junho, em Brasília, no Seminário Internacional sobre Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia. Promovido pelo Instituto para a Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE) e pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), o maior evento sobre segurança pública e defesa realizado no País analisou experiências de sucesso, políticas e práticas superadas e caminhos a seguir e suas dificuldades, com o objetivo de impedir que o Brasil se torne um “narcoestado”, sob domínio de traficantes de drogas, armas e assassinos.

Enquanto forças de segurança e os governos federal, estadual e municipal não andam sobre o mesmo trilho, o crime organizado derruba fronteiras e avança sobre o Estado, se infiltrando na política, na máquina pública, na economia, nos negócios e no sistema financeiro.

“As máfias ameaçam tomar o Estado brasileiro. Todos nós estamos preocupados com essa possibilidade que se afirma por conta da distribuição inadequada de competências constitucionais em matéria de segurança pública”, afirma Walfrido Warde, presidente do IREE.



Risco de Brasil virar um narcoestado é grande, alerta Walfrido Warde

Presidente do IREE aponta cooperação entre União, Estados e municípios como necessária no combate à violência e à insegurança no País



O presidente do Instituto para Reforma das Relações entre Estado e Empresa (IREE), Walfrido Warde, coordenou os debates do Seminário Internacional sobre Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia. O evento reuniu representantes da esquerda, do centro e da direita em debates sobre a violência no Brasil e as formas de combatê-la. Apesar das diferenças ideológicas, formou-se um consenso sobre a necessidade de integrar ações federais, estaduais e municipais para enfrentar o crime com eficiência. “Se eles brigam no Congresso, se eles brigam nas redes sociais, aqui não brigaram”, afirmou Warde, autor do livro “*Segurança Pública – As máfias ganham corpo e ameaçam tomar o Estado*”, lançado durante a conferência.

Com o crime organizado se infiltrando nas esferas do Estado, qual o risco de o Brasil virar um narcoestado?

O risco é grande. Estamos vendo as organizações criminosas financiarem campanhas eleitorais, se transformarem em ordenadores de despesas, em formuladores de políticas públicas... Ao fim e ao cabo, as organizações criminosas passam a influenciar a contratação de empresas pela administração, a criação de políticas e a execução de políticas. E o Estado passa a agir em favor e segundo os ditames dessas organizações. Corremos esse risco e precisamos tomar medidas drásticas para reverter a situação.

As organizações criminosas hoje são transnacionais. O Estado está preparado para essa guerra?

A criminalidade comum, que aflige mais a população e acontece quando ela vai ao trabalho, em seu momento de lazer, quando vai à escola, e a grande criminalidade estão correlacionadas e articuladas. Não é mais um problema do pequeno bandido e do grande bandido. As organizações criminosas hoje respondem, por exemplo, pelos furtos de celular, pelos crimes cibernéticos. Não são mais grupos isolados, são pessoas aparelhadas. Nós temos instrumentos institucionais para combater, temos leis, temos contingente, ou seja, meios humanos, recursos materiais. Mas falta coordenação. Observamos aqui que as discussões se põem muito sobre a necessidade de coordenar as forças de segurança e os instrumentos federais, estaduais e municipais. Não são mais crimes locais, mas sim crimes de dimensão transnacional.

Há como combater o crime sem avançar sobre os direitos humanos?

O risco à democracia, como falou o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, se dá com a infiltração criminosa na estrutura do Estado. Mas também há um risco à democracia, na medida em que, para os fins da segurança pública, viola-se a lei e afrontam-se os direitos humanos. A fala do ministro dos Direitos Humanos, Silvio Almeida, é fundamental, porque acaba com um falso argumento de que, para combater a criminalidade, precisa-se violar os direitos humanos. Não, direitos humanos e combate à criminalidade e à insegurança pública são irmãos siameses.

Experiências de outros países foram debatidas aqui com gestores estrangeiros. O que elas mostram?

Observamos o exemplo de Nova York, com o ex-prefeito Bill de Blasio e o debate sobre o afrouxamento da legislação de uso e de porte de drogas. Só fez bem, porque aproximou o usuário, que tem a doença da adição, do Estado, para fins de saúde pública. O usuário deixa de ser observado como criminoso e passa a ser visto como um cidadão doente e que precisa de cuidados. E ele não vai parar numa prisão, para ser recrutado pelo crime organizado, para assaltar residências, para matar pessoas na rua, a fim de fazer frente às necessidades de seu vício.

A superlotação e a falta de condições para ressocialização nos presídios agravam o cenário de insegurança?

Nós temos cerca de 650 mil pessoas presas e um número muito grande de presos provisórios, com medidas cautelares, ou seja, sem condenação definitiva, gente que está esquecida dentro do sistema. As prisões cautelares não podem se estender para sempre. Os detentos sobrevivem nas condições mais insalubres, porque temos um déficit de aproximadamente 130 mil vagas no sistema carcerário nacional.

O que se apresentou e se debateu no seminário traz uma resposta de alento à sociedade?

Tivemos gente importante de esquerda, de centro, de direita e, por incrível que pareça, eles convergiram bastante. Se eles brigam no Congresso, se eles brigam nas redes sociais, aqui não brigaram. Aqui esses especialistas, agentes públicos, pouco divergiram sobre o que é necessário fazer. Eu tenho muita esperança que nós consigamos nos livrar de um narcoestado, muito menos por medidas efetivas e muito mais por bom senso.



Diretor-geral da PF defende segurança com orçamento obrigatório e polícias integradas

Andrei Rodrigues pede “financiamento definitivo”, como ocorre com as áreas da saúde e educação



O diretor-geral da PF, Andrei Rodrigues (*segundo à esq.*), debateu a repressão ao crime com seus antecessores Paulo Maiurino (*primeiro à esq.*), Leandro Daiello (*primeiro à dir.*) e o ex-procurador de Justiça de SP Arnaldo Hossepian (*terceiro à esq.*)

Todos concordam que a existência de uma política nacional de segurança pública, com as polícias da União, Estados e municípios integradas, é essencial para o enfrentamento ao crime organizado. O problema é como fazer. “Não temos um sistema nacional de segurança pública, ele não existe. Se considerarmos o que está aí, como sistema, ele é funcional à violência e ao crime organizado”, comentou o ex-ministro da Justiça Raul Jungmann, um dos pais do Sistema Único de Segurança Pública (Susp), de 2018. “Não temos sistema e também não temos política, temos planos.”

A necessidade de ação conjunta entre as três esferas de poder foi tema de debate nos dois dias do Seminário Internacional sobre Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia, promovido pelo IREE e pelo IDP. Numa das rodadas, estiveram reunidos o atual diretor-geral da Polícia Federal (PF), Andrei Rodrigues, e outros dois dirigentes que o antecederam, Leandro Daiello e Paulo Maiurino - algo raro fora dos eventos da própria corporação.

O atual chefe da PF defendeu um “financiamento definitivo” para a segurança pública, como ocorre com as áreas da saúde e da educação, e destacou a necessidade de integração entre forças policiais. “Não podemos pensar segurança pública sem pensar na atuação coordenada, conjunta com outras agências, outras instituições. Porque segurança pública não se resolve com frase de efeito, com espetáculo, de maneira midiática. Se resolve com trabalho, com dedicação, com técnica, inteligência, seriedade e com esse processo de integração.”

O secretário Nacional de Justiça, Mario Sarrubbo, também enfatizou a necessidade de integração, para “melhorar a sensação de segurança e dar algumas respostas mais incisivas ao crime organizado”. “Se nós não nos despirmos de nossas vaidades institucionais e não trabalharmos de forma absolutamente integrada, se as forças de Estado não se organizarem, nós não vamos combater o crime organizado de forma efetiva.”

Ficco, caso que funciona

Uma experiência de sucesso que completa um ano são unidades da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado (Ficco), criada pela atual gestão da Diretoria de Combate ao Crime Organizado da PF. O delegado Ricardo Saadi, chefe da Dicor, apresentou os resultados positivos dessas unidades, que integram, sob coordenação da PF, polícias civil e militar dos Estados, com troca de informações e ações integradas.

O ex-ministro da Justiça Tarso Genro acha que o Brasil precisa ir além. “A política de segurança pública é enxugadora de gelo. O aviãozinho é o último elo de uma cadeia. Temos que pensar a segurança pública a partir de uma cadeia de articulações políticas, institucionais, militares e civis que vão nos dar uma noção de quais ações devemos desenvolver em cada uma dessas instâncias”, disse.

Para que isso aconteça, é preciso debate e regras mais claras para essa integração efetiva das forças de segurança federais, estaduais e municipais. As guardas civis dos municípios desde 2018 estão integradas, pelo menos, no texto do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). O papel que elas terão, no entanto, tem sido questionado pelo Ministério Público ao Judiciário, pois são forças que não têm poder de investigação. “É importante definir melhor qual é o papel das guardas municipais na segurança pública”, disse a subprocuradora-geral da República Luiza Frischeisen.

“Compromisso do governo é trabalhar de modo eficiente para que a sociedade perceba a segurança pública”
Jorge Messias, advogado-geral da União (AGU)

“É impossível falar de segurança pública sem direitos humanos. Eles estão absolutamente interligados. É preciso mantê-los unidos e você precisa reconhecer e respeitar as pessoas nas comunidades, que são as realmente afetadas pela violência em diferentes instâncias por décadas”
Lori E. Lightfoot, ex-prefeita de Chicago

“Vamos continuar a fingir que vivemos aquela época romântica em que o crime era absolutamente desorganizado e, com isso, a desorganização do Estado não influiu tanto?”
Bruno Dantas, ministro-presidente do TCU

“Consequências desastrosas para o México, com as organizações criminosas dominando cada vez mais espaços, infiltrando-se no Estado. Precisamos combater narcotraficantes. É preciso controlar a violência, não é possível apenas dizer que é um problema das organizações do tráfico”
Vanda Felbab-Brown, da Brookings Institution (Estados Unidos)

“Democracia não pode ser uma ditadura da maioria. Tem que observar os direitos da minoria. É autoritário o regime em que o poder político se sobrepõe aos direitos”
Pedro Serrano, professor de Direito da PUC-SP

“Agir estrategicamente, senão a gente não consegue vencer o crime. O crime organizado vai navegando até achar um caminho para atingir os objetivos nefastos dele”
Cássio Araújo de Freitas, coronel da PM de SP

“Precisa haver uma soma de esforços da sociedade civil, das diversas áreas de Estado, Legislativo, Judiciário, órgãos dos Executivos, para trabalhar juntos, e usar a imprensa de maneira positiva”
Sandro Avelar, secretário de Segurança Pública do DF



Não existe política de segurança pública sem direitos humanos, afirma Silvío Almeida

Ministro defendeu em seminário equilíbrio no combate ao crime e alertou que a falta de segurança também ameaça os direitos humanos

O combate à criminalidade só será efetivo se for feito dentro da lei e sem avançar sobre os direitos humanos. A falta de enfrentamento pelo Estado ao problema, que coloca a maioria da população em pânico nas ruas, também é um risco aos direitos fundamentais de todos, inclusive à democracia, alertam ministros, ex-ministros e especialistas no tema, na abertura do Seminário Internacional – Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia, promovido pelo IREE e pelo IDP.

“Não existe política de segurança pública sem direitos humanos”, afirmou o ministro dos Direitos Humanos e da Cidadania, Silvío Almeida.

O tema abriu o seminário e permeou as mais de 16 horas de debates simultâneos, nos dois dias, com mais de 130 palestrantes de renome. Em todas as mesas, a garantia dos direitos humanos foi ponto de convergência.

“Qualquer pessoa que disser que está fazendo política de segurança pública sem respeitar os princípios basilares dos direitos humanos, que estão consagrados na Constituição, nos tratados internacionais dos quais o Brasil é signatário, não está fazendo política de segurança pública, está usando poder de maneira arbitrária, está constituindo milícia”, diz Silvío Almeida.



Silvío Almeida enfatizou a importância do respeito aos direitos humanos



A ex-ministra Kátia Abreu, o governador de Goiás, Ronaldo Caiado, e o ex-ministro Raul Jungmann em palestra do ministro Silvío Almeida



Marcelo Freixo alertou sobre milicianos utilizarem as eleições para tomarem a máquina estatal

O ministro Gilmar Mendes, decano do Supremo Tribunal Federal (STF), enfatizou a necessidade de um debate profundo. “Em matéria de enfrentamento ao crime, não existe espaço para soluções mágicas e deliberações apressadas. Nunca é demais rememorar a conhecida advertência do jornalista americano Henry Louis Mencken: ‘Para todo problema complexo, existe sempre uma solução simples, elegante e completamente errada.’”

Democracia em risco

O ministro da Justiça e da Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, também tratou da necessidade de combate ao crime de forma mais assertiva e sobre os riscos à democracia. “Se ficar refém de organizações criminosas, a sociedade perde seus direitos fundamentais. E, quando os direitos fundamentais estão em jogo, a própria democracia está em causa.”

Facções criminosas, em sua avaliação, também torcem para que o Estado continue jogando “um contingente de homens, jovens, negros, de baixa escolaridade, sem emprego, para dentro dos cárceres”. “Para transformá-los em soldados do crime”, afirma Warde, fruto de uma política de guerra às drogas ultrapassada, que criminaliza usuários, e da realidade do sistema prisional brasileiro. “Temos que agir de maneira inteligente. Um dos elementos importantes do debate tem sido a revisão da legislação de combate ao uso, porte e comércio de drogas. Tudo tem que ser revisto, na medida em que grande parte, quase metade, do encarceramento no País se dá por conta de tráfico de drogas e associação ao tráfico.”

Milícias

As milícias no Rio de Janeiro são um bom exemplo de riscos à democracia quando o crime organizado se infiltra no Estado - assim como o PCC, em São Paulo, tema também debatido. O presidente da Embratur, Marcelo Freixo, foi deputado estadual e relator da CPI das Milícias na Assembleia Legislativa do Rio e alvo das milícias. Em sua palestra, alertou que são “máfias” com projeto de poder, que vêm usando as eleições para tomar a máquina estatal. “A milícia não é um Estado paralelo, é um Estado que enfrenta o Estado. Existe um Estado só, dominado pelo crime, operando a máquina pública, se beneficiando disso economicamente, politicamente, financeiramente e militarmente.” Para Freixo, essa captura estatal “é um crime contra a democracia”. “Não é um problema de polícia, é um problema de política.”

“Fazer das prisões do Brasil um escritório de home office para bandido, com dinheiro público do povo brasileiro, é o fim do mundo”

Kátia Abreu, ex-ministra da Agricultura

“A corrupção não é um problema só da atuação do Estado. Ela tem uma dimensão estrutural conformadora de relações dentro de uma sociedade”

Vinícius Marques de Carvalho, ministro da Controladoria-Geral da União (CGU)

“Estamos vivendo um momento muito ruim. Estamos com uma pauta legislativa de ataque à execução penal, ao sistema progressivo, à audiência de custódia. Independentemente do posicionamento ideológico, o que essas pessoas querem, se nós não temos prisão perpétua, não temos pena de morte, no Brasil? Nós temos que devolver essas pessoas ao convívio social”

André de Albuquerque Garcia, secretário Nacional de Políticas Penais

“A descriminalização não é uma pauta de esquerda, não é uma pauta de direita, assim como outras pautas que envolvem saúde pública. Essa é uma pauta que envolve bem mais saúde pública do que segurança pública”

Augusto de Arruda Botelho, ex-secretário Nacional de Justiça



Descriminalizar as drogas contribui para redução da violência

Ex-prefeito de Nova York e ex-ministro de Portugal relatam experiências de sucesso com políticas não repressivas a usuários



Em Nova York, nos Estados Unidos, e em Portugal, a descriminalização das drogas tem trazido resultados positivos na segurança pública. Os dois casos podem servir para o Brasil resolver a insustentável superlotação carcerária, reflexo de uma política antidrogas que não funcionou até aqui – de acordo com dados do Departamento Penitenciário Nacional (Depen), cerca de 30% dos presos no País estão encarcerados por tráfico de drogas.

O ex-prefeito de Nova York Bill de Blasio e o ex-primeiro-ministro de Portugal José Sócrates foram dois dos palestrantes internacionais que compartilharam essas experiências no Seminário Internacional de Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia, promovido pelo IREE e pelo IDP.

Em Portugal, a descriminalização veio após resolução de maio de 1999, que listava como “opção estratégica” da luta contra as drogas deixar de considerar crime o consumo. Sócrates era adjunto do então primeiro-ministro António Guterres - atual secretário-geral da Organização das Nações Unidas (ONU).

“Retiramos dos tribunais todos os consumidores de drogas. Aquilo que entupia os nossos tribunais deixou de existir. Deu-se uma transformação social muito positiva, deixando o sistema judicial para se ocupar daquilo que tem importância.”

Sócrates destacou a vantagem de tratar o vício como questão de saúde pública, com usuários buscando ajuda do Estado. E respondeu de forma direta a quem pensa que a permissão para o uso aumenta o número de consumidores: “Vinte e cinco anos depois é possível dizer

que isso é uma mentira”.

Em Nova York, a mudança na legislação ocorreu em 2014, na gestão de Blasio. O fim das prisões de pessoas flagradas com pequenas quantidades de maconha contribuiu para a redução de crimes violentos, segundo ele.

“A maconha foi legalizada, o crime diminuiu”, repetiu por algumas vezes durante sua palestra. “Tirar o tempo e a energia da nossa polícia gastos com crimes menores e tê-la focada em crimes mais sérios e violentos tornou essa polícia mais eficiente.”

Os policiais também se aproximaram das comunidades. “Essa proximidade contribuiu também para a diminuição de outros crimes. A violência diminuiu”. As altas taxas de criminalidade da megalópole norte-americana fizeram com que a população estivesse preparada para a mudança, na visão do ex-prefeito. “Acho que a insanidade da situação era óbvia para as pessoas. Quem queria comprar maconha comprava, não havia barreiras de verdade. Além disso, muitos jovens estavam indo para a cadeia e gangues lutavam por território.”

Na contramão

O Brasil caminha em sentido contrário. O Senado aprovou e a Câmara analisa uma Proposta de Emenda à Constituição (PEC) para criminalizar a posse ou o porte de qualquer quantidade de droga. Para a socióloga e ex-diretora do Departamento do Sistema Penitenciário do Rio de Janeiro Julita Lemgruber, o movimento tende a fortalecer organizações criminosas. “Hoje, ele entra um vendedor de trouxinha e sai como sócio de um grande atacadista.”

Ainda no evento, em um painel que debateu soluções para a chamada “Cracolândia” em São Paulo, a professora de Direito Criminal da PUC-SP Eloísa Arruda, que foi secretária da Justiça e da Defesa da Cidadania em São Paulo, no governo de Geraldo Alckmin, ressaltou a ineficiência da prisão de dependentes químicos e apresentou o conceito de justiça terapêutica. “A pessoa envolvida com uma situação de conflito com a lei, um crime, com o componente droga — bateu o carro porque estava muito alcoolizado, atropelou alguém porque estava sob uso de outra substância tóxica —, essa pessoa vai à Justiça e o promotor, valendo-se de um dispositivo da lei, pode fazer um acordo: ‘Olha, eu não vou te processar, mas você vai ter que frequentar o CAPS ou um centro de autoajuda’.”

Na mesma linha, o deputado federal e pré-candidato à Prefeitura de São Paulo Guilherme Boulos (PSOL) ponderou que o dependente químico preso tende a reincidir após deixar a cadeia — que lhe tira o convívio com a família e dificulta a procura por um emprego: “Não tem bala de prata, é um problema complexo e precisa ser tratado dessa forma. Não é um problema somente de segurança pública, é um problema que passa por várias dimensões”.

“Quem está tentando burlar regras vai se adaptando às regras de controle e vai criando novas formas de se apropriar dos recursos públicos”
Esther Dweck, ministra da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos

“É difícil encontrar estudos que mostrem que endurecer penas e usar as Forças Armadas funcionou contra o crime organizado. Levou a um aumento de linchamentos, de ações ilegais”
Lucía Dammert, professora de Relações Internacionais da Universidade de Santiago (Chile)

“Segurança pública do Rio de Janeiro é o maior desafio do Brasil. A maior preocupação do Rio de Janeiro é a quantidade de armas de guerra usada pela criminalidade”
Victor Santos Feitosa, secretário de Segurança Pública do Rio

“Acesso a políticas públicas é precarizado não porque existem os grupos armados, mas os grupos armados existem porque as políticas públicas são precarizadas”
Camila Barros, doutora em Sociologia pela USP



Integração do registro de armas e maior controle são essenciais para desarmar criminosos

Número de civis armados mais que dobrou de 2018 a 2022; descontrole do Estado facilita contraventores

Em cinco anos, o número de armas legais em posse de civis no Brasil mais do que dobrou. Saltou de 1,3 milhão para quase 3 milhões, segundo registros oficiais de 2018 a 2022, levantados pelo Instituto Sou da Paz. Especialistas reunidos no Seminário Internacional sobre Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia, promovido pelo IREE e pelo IDP, afirmaram que parte desse arsenal foi parar nas mãos de criminosos por falta de fiscalização.

Um dos sistemas de registro de vendas de munição não é sequer gerido pelo governo e nem mesmo delegados têm acesso. Bruno Langeani, consultor sênior do Sou da Paz, informou que é possível adquirir arma no Brasil sem CPF do comprador ou com CPF de terceiros, inclusive de mortos e menores de idade. Uma auditoria do Tribunal de Contas da União feita em março deste ano, citada pelo especialista, indicou que 5 mil pessoas com Certificado de Registro de Armas de Fogo, no Exército, cumpriam pena e 3 mil tinham mandados de prisão em aberto.

“O que a gente está discutindo não é proibir a arma do civil, proibir a compra. O que a gente está dizendo é que a gente precisa entender o impacto que as armas de fogo têm na vida da população e a gente precisa encontrar um regulamento que faça sentido, que tenha uma fiscalização”, afirmou Langeani. O acesso de civis a armamentos sem controle gera, além do tráfico interno (quando as armas legais são tomadas ou vendidas a organizações criminosas), “intranquilidade no contexto de violência doméstica”. O estudioso citou a alta nos índices de feminicídio como exemplo.

Gestores e autoridades de segurança e defesa presentes no evento também concordaram que o rastreamento das armas apreendidas com criminosos e a integração dos registros e do controle são essenciais para se quebrar essa cadeia. “A melhor forma de iniciar um trabalho de investigação com relação ao comércio ilegal de arma de fogo é simplesmente por meio da correta identificação e do correto rastreamento”, disse o delegado Daniel Belchior, titular da



Lori E. Lightfoot, ex-prefeita de Chicago, falou sobre o projeto de recompra de armas

Fernando Donasci / Estúdio Blue Studio

Delegacia Especializada em Armas, Munições e Explosivos do Espírito Santo (Desarme).

A PF faz junto com o Exército os registros e controle das armas no País. No evento, o atual chefe da corporação apresentou dados junto com dois de seus antecessores, os ex-delegados-gerais Paulo Maiurino e Leandro Daiello.

Experiência internacional

Para reduzir a quantidade de armas legais em poder de civis, Chicago (Estados Unidos) – cidade com grande circulação de armas – adota um programa de recompra, de tempos em tempos. O mesmo programa foi formatado pelo Ministério da Justiça e da Segurança Pública, pelo ex-ministro Flávio Dino, mas ainda não saiu do papel.

A ex-prefeita de Chicago Lori E. Lightfoot foi uma das palestrantes. Segundo ela, programas de recompra são parte de uma estratégia mais ampla, mas defendeu que eles aproximam a população da polícia. “Ter a comunidade ao seu lado é a ferramenta mais poderosa. Muito mais que um distintivo ou uma arma.”

Lori E. Lightfoot contou que os cidadãos entregam o armamento sem identificação, em troca de até 200 dólares. Ele é desmontado, derretido e destruído. “As cidades são inundadas com armas e isso é um motor significativo da violência.”

“A gente tem que capacitar nossos policiais, melhorar a sua formação, principalmente, para crime cibernético, que é o terror. Ainda não nos conscientizamos dos riscos da inteligência artificial para o crime”
Fábio Pinheiro Lopes,
diretor do Deic em SP

“Criminalidade no Brasil é antes de mais nada uma questão de direitos humanos. Nós, os cidadãos comuns, não podemos sair às ruas, com medo de ser assaltados. Dois eixos que preocupam: crime organizado e violência urbana. Precisamos melhorar a sensação de segurança e dar algumas respostas mais incisivas ao crime organizado”
Mário Sarrubbo, secretário
Nacional de Segurança Pública

“A despolitização das Forças Armadas é uma coisa fundamental para que elas exerçam seu papel constitucional e sua responsabilidade em zelar pelo patrimônio brasileiro”
José Múcio Monteiro Filho,
ministro da Defesa

“Falar em segurança de faixa de fronteira sem falar em cooperação entre países fica muito difícil”
General Tomás Ribeiro Paiva,
comandante do Exército

“Quando legaliza, tira um potencial perigoso, porque não há disputa por território e libera a polícia para tempo e energia em problemas maiores”
Bill de Blasio, ex-prefeito
de Nova York

“Operações muitas vezes são utilizadas por grupos corruptos dentro das instituições policiais ou mesmo como uma forma de medir a capacidade de resistência do tráfico de drogas e impor o pagamento de suborno”
Carolina Christoph Grillo,
professora do IDP

“A insegurança e a violência começam destruindo a sociabilidade. Quando você começa a ter medo do próximo, quando começa a não acreditar em uma vida solidária, em seguida, a erosão é da própria democracia”
Raul Jungmann, ex-ministro
da Segurança Pública



‘PCC está infiltrado no Estado brasileiro e já atua junto com a máfia italiana’

Lincoln Gakiya e Giovanni Bombardieri mostram que a maior facção criminosa do Brasil trabalha em parceria com a temida ‘Ndrangheta



Lincoln Gakiya, promotor de Justiça de SP, e Giovanni Bombardieri, promotor da Calábria, na Itália, durante palestra no seminário

Fernando Donasci / Estúdio Blue Studio

O crime organizado se infiltrou na máquina pública nos últimos anos, elegeu vereadores e deputados e cada vez mais se institucionaliza para capturar o Estado em favor de seus interesses. O promotor de Justiça Lincoln Gakiya, do Ministério Público de São Paulo, e o promotor Giovanni Bombardieri, da Calábria, na Itália, apresentaram dados que confirmam uma preocupação das autoridades: a de que o PCC, maior facção criminosa do Brasil, se tornou uma máfia e conta com a ajuda da temida 'Ndrangheta, máfia calabresa, uma das mais violentas do mundo.

“O PCC virou uma máfia e se infiltrou na estrutura do Estado”, afirmou Gakiya, o maior inimigo público da facção paulista, no Seminário Internacional de Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia, promovido pelo IREE e pelo IDP. Foi ele que conduziu a Operação Fim da Linha, deflagrada em maio, que revelou que o PCC e aliados operavam duas empresas permissionárias do transporte público, na capital paulista. O MP também desmontou outro esquema em que pessoas ligadas à facção tinham empresas com contratos de prestação de serviços terceirizados de prefeituras e câmaras de vereadores em cidades de São Paulo.

O promotor Giovanni Bombardieri, chefe da unidade que combate a 'Ndrangheta, na Itália, citou as investigações conjuntas com o Brasil e outros países contra os tentáculos da máfia e confirmou que a facção brasileira virou um dos parceiros dos italianos e é hoje mundialmente conhecida como uma organização criminosa de tráfico internacional. “A 'Ndrangheta, para as máfias da América Latina, especialmente a dos países produtores de cocaína, Colômbia, Peru e Bolívia, se tornou nos anos 90 um sócio de confiança e domina hoje portos na Itália e outros países da Europa”, disse Bombardieri.

Desde 2014, importantes membros da máfia foram presos no Brasil, operando a rota de cocaína para a Europa. O PCC entraria como facilitador da presença dessas lideranças. A 'Ndrangheta

está presente em 5 continentes e 42 países, com ligações com máfias da América Latina e com o PCC.

Segundo Gakiya, o “PCC se dedica hoje ao tráfico internacional de cocaína para a Europa”. O promotor brasileiro contou que a facção está em uma “terceira fase” organizacional, desde que surgiu dentro dos presídios paulistas, no fim dos anos 1990 e início dos anos 2000. “O PCC praticamente abandonou o sistema carcerário. O negócio do PCC hoje é apenas business, é tráfico internacional de drogas.”

O promotor falou de sua experiência nos presídios paulistas e no combate à facção - jurado de morte pelas lideranças, ele vive sob proteção policial 24 horas. “Nessa terceira fase, não há nenhuma reivindicação, nenhuma rebelião, nem pedido que veio do PCC para brigar por alguma melhoria. Simplesmente abandonaram o sistema penitenciário.”

Bitcoins

Como todo grande negócio, o PCC movimenta dinheiro, muito dinheiro. “Arrecadava em 2010 em torno de 8 a 10 milhões de reais por ano, e hoje arrecada 1 bilhão de dólares. Na Operação Sharks, que eu coordenei em 2020, em São Paulo, ficou comprovado que eles mandaram mais de 1 bilhão de reais para o Paraguai, de 2019 e 2020”, contou Gakiya.

Para lavar esse dinheiro do crime, a facção usa os tradicionais meios, como “postos de combustível, loja de automóveis multimarcas, construtoras e casas de câmbio no Paraguai”, explicou. Mas também evoluiu e atualmente usa “bancos digitais e fintechs, os bitcoins e empresas de ônibus”, diz o promotor. “Na Operação Fim de Linha, ficou bem caracterizado que o PCC capturou uma parte do transporte metropolitano da maior capital da América do Sul, uma das maiores cidades do mundo.”

O ministro da Justiça e Segurança Pública, Ricardo Lewandowski, destacou essa evolução do crime organizado e a necessidade também de o Estado evoluir e agir organizada. “Infelizmente temos que constatar que houve uma mudança importantíssima na própria natureza da criminalidade. Tradicionalmente a criminalidade atuava no ambiente analógico e hoje atua num ambiente digital. A lavagem de dinheiro, as criptomoedas, o próprio tráfico de drogas e de pessoas, enfim, os grandes crimes que envolvem organizações transnacionais, hoje ocorrem num ambiente virtual.”

“Talvez o que esteja mais na moda seja a ideia regressiva. Lutar por uma política progressista é muito mais difícil do que era antes. Ontem, o futuro era melhor”
José Sócrates, ex-primeiro-ministro de Portugal

“Precisamos criar elementos constitucionais e legais que façam com que essas figuras políticas abandonem a questão ideológica e se foquem no que é necessário e nas convergências necessárias”
Walfrido Warde, advogado e presidente do IREE

“Nós não podemos alimentar esse preconceito de que bandido bom é bandido morto. Temos que radicalmente defender a dignidade de cada ser humano”
Frei Betto

“Nós temos instrumentos institucionais para combater, temos leis, temos contingente, ou seja, meios humanos, recursos materiais. Mas falta coordenação”
Walfrido Warde, advogado e presidente do IREE

“O risco à democracia, como falou o ministro da Justiça, Ricardo Lewandowski, se dá com a infiltração criminosa na estrutura do Estado. Mas também há um risco à democracia, na medida em que, para os fins da segurança pública, viola-se a lei e afrontam-se os direitos humanos”
Walfrido Warde, advogado e presidente do IREE

“Tirar uma arma de circulação é muito importante, mas você descobrir a fonte é algo muito maior”
Bruno Langeani, consultor sênior do Instituto Sou da Paz

“O real enfrentamento da criminalidade somente pode ser feito dentro dos marcos da legalidade, com respeito ao paradigma dos direitos humanos e da democracia”
Gilmar Mendes, ministro do STF

Gilmar Mendes pede mudança na ‘cultura do encarceramento’ no Brasil

Com 700 mil presos e déficit de 130 mil vagas, presídios têm péssimas condições, deixam de ressocializar condenado e produzem soldados do crime organizado



O Brasil tem a terceira maior população carcerária do mundo, com mais de 700 mil detentos. Mesmo com tanta gente presa, a criminalidade só cresce e com ela a sensação de insegurança na população. O problema é que uma superpopulação carcerária coloca réus primários dentro de uma máquina de fazer soldados para as facções criminosas, que dominam o sistema.

Prender, ressocializar e combater o crime ainda é possível, mas para isso ocorrer é necessário acontecer uma mudança nas políticas e leis penais e também de encarceramento no Brasil, avaliam especialistas, gestores e autoridades envolvidas nesse debate, durante o Seminário Internacional de Segurança Pública, Direitos Humanos e Democracia, promovido pelo IREE e pelo IDP.

“Há problemas de cultura que precisamos olhar. Tanto essa cultura do encarceramento – houve um flagrante, manda-se para a prisão – como também essa questão da audiência de custódia, afirmou o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Gilmar Mendes.

O ex-secretário Nacional de Segurança Pública Luiz Eduardo Soares, um dos maiores especialistas do tema, cobrou o pleno cumprimento da Lei de Execuções Penais, de forma que o grupo que ele chamou de “pequenos varejistas do comércio cotidiano de substâncias ilícitas” não seja lançado de imediato ao regime fechado e tenha de negociar sua sobrevivência no cárcere com facções criminosas.

“Em nome da luta contra o crime, nós estamos contratando violência futura e condenando esses jovens não à reclusão, não à privação de liberdade durante cinco anos. Nós os estamos

condenando a uma vida no crime, à profissionalização no crime. Nós estamos, portanto, fortalecendo as facções criminosas, entregando-lhes força de trabalho jovem gratuitamente.”

Acadêmicos como a socióloga e ex-diretora do Departamento do Sistema Penitenciário fluminense Julita Lemgruber e o advogado e ex-secretário Nacional de Justiça Augusto de Arruda Botelho apontam a revisão da lei antidrogas como caminho para evitar a cooptação de apenados por facções.

O frade dominicano, jornalista e escritor Frei Betto recorreu à sua experiência de quatro anos na prisão durante a ditadura – sendo dois ao lado de presos comuns, não apenas políticos – para elencar possíveis caminhos para a ressocialização, como investir na qualificação e na valorização dos agentes de segurança, para que eles não fiquem sujeitos à corrupção e ao crime organizado e na qualificação, com cursos profissionalizantes, dos apenados, para que eles não reincidam. “É muito fácil ressocializá-los. Mas não há interesse do Estado.”

O governador do Rio de Janeiro, Cláudio Castro (PL), defende a redução da população carcerária e a separação de condenados nas unidades. Segundo ele, 61% dos detentos no Estado são faccionados. “Eu tenho defendido que não é o encarceramento que resolve, mas a questão da progressão e de separar os criminosos. Não dá pra ter a progressão de um traficante, um miliciano, voltar à rua dois anos depois. Não é encarcerar, mas é ter regras mais duras durante o período de cárcere. Não é o tiro na cabecinha que resolve, também não é soltar todo mundo que resolve.”





Este material é produzido pelo Estadão Blue Studio e apresentado por IREE e IDP.



SEMINÁRIO
INTERNACIONAL
2024

SEGURANÇA PÚBLICA
DIREITOS HUMANOS
& DEMOCRACIA